

24/6/97 A-3
33

OPINIÃO

Dresdner Bank Lateinamerika

EFICIÊNCIA ALEMÃ, AGILIDADE BRASILEIRA

A hora de a onça beber água

Washington Novaes *



Na terça-feira da semana passada, o autor destas linhas comentou neste mesmo espaço, a propósito da importância da instalação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, a extrema dificuldade de fazer da política ambiental uma política de todo o governo, em todos os níveis, e de levá-la a permear a atuação de todos os órgãos, em todos os setores. Como exemplos de áreas em que é mais evidente e contumaz a contradição entre as políticas planejadas e as questões ambientais foram mencionados alguns setores, entre eles o energético, o da política agrícola voltada para a exportação e o de transportes.

■ Não se passaram nem 24 horas e chegou a notícia de uma decisão da Justiça Federal de Mato Grosso, suspendendo qualquer obra (balizamento, construção de portos, etc.) para a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins, um dos 42 projetos prioritários do governo federal, destinado a ampliar a exportação de grãos do Centro-Oeste e reduzir os fretes. Motivo: não há estudo de impacto ambiental aprovado (o que foi feito, duramente criticado numa audiência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, acabou recusado pelo Ibama e pelo órgão licenciador de Goiás, a Femago); não há autoriza-

Uma decisão da Justiça Federal de MG suspendeu qualquer obra para a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins

ção do Congresso (exigida pela Constituição no aproveitamento de recursos em áreas indígenas); e essas comunidades não foram ouvidas.

Quem vai pagar o prejuízo se essa decisão tornar-se definitiva? Ou mesmo o custo do retardamento? Quem garante que essa é a melhor alternativa para a região, em termos econômicos, sociais e ambientais (há outros estudos em andamento, promovidos pelas Universidades Católica e Federal de Goiás e pelo Instituto Dom Fernando, para demonstrar que a exportação de soja — função principal da hidrovía — pode não ser a melhor alternativa para a região).

A sociedade pagará, evidentemente, com o dinheiro dos impostos que recolhe. É sempre assim.

São raríssimos os casos de administradores responsabilizados pessoalmente pelos prejuízos que causam.

Mais grave, entretanto, é que esse tipo de conduta apressada costuma ser a regra, não a exceção.

No mesmo dia em que a Justiça Federal concedeu a liminar, este jornal trazia a notícia de que “a conta dos subsídios à energia elétrica fornecida pela Eletronorte às indústrias eletrointensivas (produtoras de alumínio e silício metálico na região Norte com energia de Tucuruí) poderá ser repassada à União”. Eles oscilam entre R\$ 150 milhões e R\$ 200 milhões/ano e até 1993 eram pagos à

Eletronorte em “moeda podre”. De lá para cá, seu montante já chegou a R\$ 393 milhões, pois essas empresas consomem quase 50% da energia de Tucuruí, mas pagam apenas 30% da tarifa real comparada, uma, 43%, a segunda, e 66% a terceira. Todas elas têm contratos até 2004. E agora a questão do déficit público, determinando um aperto nas estatais, está estrangulando a Eletronorte (que teve prejuízo de R\$ 296 milhões no ano passado). Por isso ela chia e quer repassar o mico à União.

Ora, Tucuruí foi um desastre ambiental, hoje reconhecido. E ainda dá prejuízo, por causa dos subsídios. O que justifica tudo isso? A exportação de bens que os países industrializados não querem mais produzir, exatamente por seu custo econômico (no alumínio, por exemplo, a energia representa quase 50% do custo) e ambiental.

Se a lição ainda houvesse sido aprendida, para estancar esse tipo de política, tudo bem. Mas não é o que está acontecendo. Basta ver o drama ambiental da usina de Serra da Mesa, no rio Tocantins — onde se está interrompendo durante dois anos o fluxo das águas de um dos maiores rios do mundo, para estocar água no maior reservatório do planeta, destinado a

regularizar o fluxo do rio e permitir novas hidrelétricas e uma segunda casa de máquinas em Tucuruí. Para produzir principalmente alumínio exportável.

Na verdade, os exemplos de políticas oficiais incompatíveis com a política ambiental e o desenvolvimento sustentável podem ser muitos:

- há poucas semanas, a Embrapa alertou, em manchetes de jornal, para um desastre ambiental iminente que ameaça os cerrados, exatamente por causa do modelo agrícola predatório, que remove toda a vegetação, compacta e erode o solo, compromete os recursos hídricos com a irrigação descontrolada, retira a mata ciliar que protege os rios, acaba com a rica biodiversidade da área; mas todas as políticas oficiais continuam a estimular esse modelo (enquanto isso, nos Estados Unidos, por exemplo, o governo paga para os proprietários deixarem descansar 8 milhões de hectares ameaçados pelos mesmos fatores daqui);
- outras notícias dão conta de que também é iminente a liberação, pelo Ministério da Agricultura, do uso de anabolizantes para engorda de gado (um dos argumentos é que a Organização Mundial de Comércio está exigindo que a Europa o faça — mas ela

resiste); isso já foi feito uma vez, na década de 80, e tivemos de recuar rapidamente, tal o alarido interno e externo; por que se faria agora? Porque EUA e Argentina usam; mas não são eles que compram a carne brasileira, e sim a Europa (US\$ 300 milhões/ano); e na Europa os consumidores não aceitam, estão reduzindo o consumo de carne vermelha, não admitem o uso de anabolizantes; os órgãos ambientais também não aceitam; por que a política governamental brasileira deveria então mudar as regras?

- em São Paulo, parte-se de novo para o rodízio de carros, a fim de reduzir a emissão de poluentes da atmosfera e aliviar o trânsito; mas ao mesmo tempo vai construir-se um rododanel, que estimulará o uso de combustíveis fósseis, os principais poluidores; e não se define uma política para o álcool carburante, que também tem seus problemas, mas polui menos a atmosfera.

Nesta mesma hora, os países que não dominam a tecnologia dos combustíveis a partir da utilização de biomassa em larga escala decidem adotá-la, como nos Estados Unidos. Alguns estados norte-americanos promovem a substituição obrigatória de veículos movidos a combustíveis fósseis por carros elétricos ou outras alternativas menos poluentes. Em todo o Primeiro Mundo, investe-se pesadamente em conservação e co-gera-

ção de energia, assim como em energias alternativas. Adota-se o modelo de usinas hidrelétricas de pequeno porte, desconcentradoras, muito menos problemáticas em termos ambientais e muito menos desperdiçadoras de energia na transmissão, porque só fornecem a pequenas distâncias. E, principalmente, transfere-se para outros países — como o Brasil — o custo ambiental e econômico de quantos produtos tenham balanço energético/econômico/ambiental negativo.

Nós, aqui, como não temos problemas econômicos nem ambientais, vamos tocando a carruagem pela música antiga. Damos-nos até ao luxo de perder mais de 50% da energia elétrica gerada e só programar uma economia de 5% para ser alcançada em duas décadas.

A viúva é rica, paga sempre e não tem reclamado. Resta saber se o drama do déficit público que não se resolve vai ou não nos obrigar a fazer as contas corretas. Por enquanto, estão aparecendo as contas econômicas, como no caso de Tucuruí. Mas as ambientais não devem demorar — e para isso a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, que tem representantes da sociedade, pode ser vital. A hora de a onça beber água pode estar chegando. ■

Até aqui não foi definida uma política para o álcool carburante, que tem problemas, mas polui menos a atmosfera

* Jornalista.